

Relatório & Contas

**Minhocom – Gestão de Infraestruturas
de Telecomunicações, E.I.M.**

31 de Dezembro de 2011

A) RELATÓRIO DE GESTÃO	3
ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	3
ACTIVIDADE DA EMPRESA	14
ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA	16
PERSPECTIVAS FUTURAS	17
DÍVIDAS AO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS E À SEGURANÇA SOCIAL, EM SITUAÇÃO DE MORA	17
ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES	17
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	17
NOTA FINAL	18
B) INFORMAÇÃO FINANCEIRA	19
BALANÇO INDIVIDUAL	19
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	20
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2010	21
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2011	22
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS FLUXOS DE CAIXA	23
C) ANEXO	24
D) CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	39
E) RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	40
F) ÓRGÃOS SOCIAIS	41
G) ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	42

A) Relatório de Gestão

Ex.mos Senhores Accionistas,

A Administração, no cumprimento das exigências legais e estatutárias, vem apresentar a V. Exas. o Relatório de Gestão relativo ao exercício económico de 2011.

Tendo em conta que o ambiente em que nos inserimos está directamente relacionado com a evolução positiva ou a retracção da economia mundial, antes de passarmos a apresentar os dados da empresa e dos centros de negócios que a compõem, efectuaremos uma ligeira abordagem aos dados macroeconómicos, internacionais e nacionais, mais importantes.

Enquadramento macroeconómico

Quadro macroeconómico internacional

Após uma recuperação da economia mundial em 2010, que se estendeu à generalidade das regiões, perspectiva-se uma desaceleração do crescimento entre os anos de 2011 e 2013. Em 2010, o Produto Interno Bruto (PIB) mundial cresceu 5%, enquanto que em 2011 terá aumentando cerca de 3,7%, de acordo com fontes do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Comissão Europeia (CE).

Em 2011, o motor do crescimento económico continuou a ser os mercados emergentes, assente no forte dinamismo dos países asiáticos (China e Índia), América Latina e Rússia. As principais economias avançadas continuaram a apresentar níveis muito baixos de crescimento. As Instituições Internacionais prevêem um crescimento mais fraco nos EUA, uma desaceleração acentuada no Japão e o prosseguimento de um crescimento mais moderado na União Europeia, com evoluções muito distintas entre Estados-membros, apresentando-se mais forte na Alemanha, Suécia e Polónia; mais modesto no Reino Unido e em França, e mais fraco em Itália e em Espanha. Importa ainda referir que alguns países periféricos da Zona Euro (Portugal e Grécia) vão manter-se em recessão em 2012, sendo este o resultado de um processo de forte reajustamento estrutural das suas economias.

A incerteza quanto ao enquadramento da economia mundial permanece elevada, associada à persistência de amplos desequilíbrios macroeconómicos, no caso dos EUA, à fragilidade do mercado de habitação e à continuação de um mercado de trabalho pouco dinâmico, elevando assim os riscos no sentido descendente do crescimento económico mundial. Paralelamente a esta situação, manteve-se a crise das dívidas soberanas em alguns países periféricos da Zona Euro, tendo aumentado os riscos de contágio para os restantes países, o que se repercute na forte instabilidade dos mercados financeiros internacionais e na diminuição da confiança dos agentes económicos.

Num contexto de elevados riscos na maioria das economias desenvolvidas e continuação de grandes ajustes e desafios nas economias emergentes, em 2011, o ritmo de crescimento da economia mundial abrandou, com os EUA e a União Europeia a registarem um crescimento de 1,6% e o Japão a sofrer uma recessão de 0,4%, associada, em parte, aos efeitos do terramoto de Março de 2011.

Indicadores Macroeconómicos	2009	2010	2011(e)
PIB:			
EUA	-2,4	3,0	1,6
UNIÃO EUROPEIA	-4,1	2,0	1,6
ZONA EURO	-4,0	1,9	1,5
JAPÃO	-5,0	4,0	-0,4

Fonte: GPEARI Finanças
Leitura: Variação Percentual
(e) - estimativa

Na Europa, as incertezas sobre a solidez do sector financeiro e a intensificação da crise da dívida soberana na Zona Euro abalaram um sistema financeiro ainda fragilizado. A crise financeira nos países periféricos da Zona Euro levou a uma análise de risco mais rigorosa, que resultou num agravamento do prémio de risco soberano. Para fazer face à crise financeira foi acordado o reforço dos instrumentos de estabilização, salientando-se o accionamento do Fundo Europeu de Estabilização Financeira (FEEF) e a disponibilização por parte do FMI de recursos adicionais para os Estados-membros, sob a forma de empréstimos bilaterais, num montante que poderá alcançar os 200 mil milhões de euros.

Em 2011, a Zona Euro terá crescido 1,5 p.p., contudo, as instituições e os mercados europeus continuam frágeis e a retoma na Europa a 27 deverá manter-se moderada, em resultado do impacto prolongado da crise financeira e da implementação de fortes medidas de controlo orçamental em 2011.

O aumento dos preços das matérias-primas, sobretudo do petróleo e dos produtos alimentares, foi responsável, em parte, pelo aumento da inflação observada. As pressões inflacionistas permaneceram contidas nas economias avançadas e mais elevadas nas economias emergentes. Contudo, o esforço exigido a alguns países da Zona Euro na consolidação orçamental tem levado ao aumento dos impostos indirectos e à aceleração dos preços administrativos, os quais têm vindo a impulsionar uma subida da taxa de inflação nesta região. De acordo com o FMI, nas economias desenvolvidas a inflação manteve-se nos 2,6% em 2011. Quanto à taxa de inflação da Zona Euro, a CE prevê que esta se situe abaixo dos 2% nos próximos dois anos devido à desaceleração prevista dos preços de energia, ao abrandamento persistente da economia e ao crescimento moderado dos salários. Em Novembro de 2011, a taxa de inflação homóloga da Zona Euro manteve-se em 3% e em termos de variação homóloga dos últimos 12 meses subiu para 2,7%.

Associado ao fraco crescimento económico, o mercado de trabalho deve manter-se anémico na Zona Euro, estando prevista uma estagnação do emprego em 2012 e um ligeiro aumento de 0,3% em 2013. De acordo com a CE, a taxa de desemprego deve diminuir para 10,0% na Zona Euro em 2013 (10,1% em 2010), tendência que se estende à generalidade dos países, com excepção da Grécia, Portugal, Chipre e Eslovénia, que apresentam uma subida significativa deste indicador.

Indicadores Macroeconómicos	2009	2010	2011 ^(e)
Inflação:			
EUA	-0,4	1,6	3,2
UNIÃO EUROPEIA – 27	1,0	2,1	3,0
ZONA EURO	0,3	1,6	2,6
JAPÃO	-1,3	-0,7	-0,2
Taxa de Desemprego:			
EUA	9,3	9,6	9,0
UNIÃO EUROPEIA – 27	8,9	9,7	9,7
ZONA EURO	9,4	10,1	10,0
JAPÃO	5,1	5,1	4,9
Índice de Produção Industrial:			
EUA	-11,2	5,3	4,2
UNIÃO EUROPEIA – 27	-13,6	6,8	4,2
ZONA EURO	-14,8	7,4	4,6
JAPÃO	-21,8	16,6	-3,4

Fonte: FMI/ Comissão Europeia/ Eurostat/ GPEARI Finanças
 Leitura: Variação Percentual
 (e) - estimativa

No sentido de assegurar um acesso mais facilitado do sector bancário à liquidez e permitir um melhor funcionamento do mercado monetário da Zona Euro, a 8 de Dezembro o Conselho do BCE reduziu em 25 pontos base a taxa de juro de referência, para 1%, que em Novembro se situava nos 1,25%. Reflectindo as baixas taxas de juro praticadas pelos bancos centrais, as taxas do mercado monetário do Euro evidenciaram, no final de 2011, uma progressiva descida nas taxas de curto prazo na Europa. Já nos EUA, as taxas de juro de curto prazo prosseguiram o movimento ascendente iniciado em Agosto de 2011, continuando com valores inferiores a 1%.

Em Novembro de 2011, as taxas de juro de longo prazo aumentaram na Zona Euro, reflectindo as crescentes preocupações com a crise da dívida soberana; nos EUA diminuíram, reflectindo a incerteza quanto às perspectivas para a economia mundial.

No final de Dezembro de 2011, as taxas de juro Euribor a 3, 6 e 12 meses situavam-se em 1,024%, 1,178% e 1,356%, respectivamente. Esta ligeira descida no final de 2011 reflectiu, em parte e conforme referido atrás, a divulgação por parte do BCE da descida da taxa de referência e da adopção de medidas não convencionais adicionais para apoiar o crédito bancário e a liquidez do mercado monetário da Zona Euro.

Taxas de Juro Referência	2009	2010	2011
Zona Euro	1,00	1,00	1,00
EUA	0,25	0,25	0,25
Japão	0,30	0,10	0,10
Reino Unido	0,50	0,50	0,50

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal
 Leitura: Percentagem, no final do período

Taxas de Juro Mercado Monetário	2009	2010	2011
Zona Euro			
Eonia	0,72	0,44	0,62
Euribor 1 mês	0,90	0,57	1,18
Euribor 3 meses	1,23	0,81	1,39
Euribor 6 meses	1,44	1,08	1,64
Euribor 12 meses	1,62	1,35	2,01
EUA			
Libor 3 meses	0,69	0,34	0,34
Japão			
Libor 3 meses	0,47	0,23	0,19

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal
 Leitura: Percentagem, média anual

Acompanhando a desvalorização de 2010, a taxa de câmbio do Euro face ao Dólar americano desceu no ano de 2011, situando-se nos 1,318 dólares no final do ano. A desvalorização do Euro face às principais divisas internacionais tem sido impulsionada pela percepção negativa da sustentabilidade das finanças públicas em alguns Estados-membros da Zona Euro.

Divisas	2009	2010	2011
EUR/USD	1,441	1,336	1,318
EUR/JPY	133,160	108,65	102,55
EUR/GBP	0,888	0,861	0,844
EUR/CHF	1,484	1,250	1,228

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal
 Leitura: Paridade das Divisas, no final do período

A intensificação da crise da dívida soberana na Zona Euro e o aumento da incerteza relativa ao crescimento económico mundial nos próximos anos contribuíram para a diminuição dos grandes índices bolsistas internacionais.

Mercados Bolsistas	2009	2010	2011
Dow Jones EURO STOXX	-25,4	13,4	-3,4
Nikkei 225	-23,2	7,3	-5,7
Standard & Poors 500	-22,5	20,3	11,4

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal
 Leitura: Variação Percentual

Em 2011, o preço das matérias-primas não energéticas, metais e bens agrícolas, apresentou uma desaceleração significativa, devido sobretudo à quebra dos preços dos metais, dos produtos industriais e agrícolas. O preço do barril do petróleo aumentou significativamente face a 2010, em resultado do aumento da procura mundial. O preço do petróleo *Brent* em 2011 rondou, em média, os 111 dólares por barril.

Materias-primas	2009	2010	2011 ^(e)
Petróleo Brent USD/Barril (1)	62,45	80,22	111,09
Bens Agrícolas (2)	-17,0	33,8	27,2
Metais (2)	-28,60	48,2	17,9

Fonte: Ministério das Finanças / Banco de Portugal
 Leitura: (1) Preço médio do Barril/USD / (2) Variação Percentual
 (e) - estimativa

A CE prevê ainda para a Zona Euro uma desaceleração das exportações para 3,4% em 2012 (11,3% em 2010 e 6,1% em 2011) e um abrandamento do investimento, que apenas deve aumentar 0,5% em 2012. Estas revisões em baixa para 2012 devem-se à perspectiva de um crescimento económico mundial fraco e à ocorrência de uma grave crise de confiança dos empresários, a qual se encontra associada à conjugação da frágil situação das finanças públicas e das vulnerabilidades do sector financeiro, colocando fortes restrições na concessão do crédito.

O consumo privado da Zona Euro deverá manter-se estagnado em 2012 (+0,4%), fomentado pelo impacto das medidas de consolidação orçamental no rendimento das famílias e pela falta de melhoria do mercado de trabalho.

O esforço de consolidação feito pela generalidade dos países pode originar uma melhoria da situação das finanças públicas nos próximos anos, estando previsto um défice em torno dos 3,2% do PIB, em média, na Zona Euro, nos anos de 2012 e 2013. Esta previsão fica abaixo dos défices alcançados desde 2009, que se situaram, em média, em 5,6% do PIB entre 2009 e 2011. No entanto, a dívida pública em percentagem do PIB deve continuar a aumentar para cerca de 91%, em média, nos anos de 2012 e 2013, prosseguindo a tendência ascendente registada a partir de 2008.

Quadro macroeconómico nacional

Indicadores Macroeconómicos	2009	2010	2011 ^(e)
Despesa e PIB			
- Consumo Privado	-1,0	2,0	-3,6
- Consumo Público	2,9	3,2	-3,2
- FBCF	-11,9	-4,8	-11,2
- Exportações	-11,8	8,7	7,3
- Importações	-10,9	5,3	-4,3
- PIBpm	-2,6	1,4	-1,6
Inflação	-0,8	1,4	3,6
Índice de Produção Industrial	-8,1	2,0	-2,2
Índice Volume Negócios na Indústria	-17,9	9,3	2,1
Índice PSI 20	33,47	-10,34	-24,4
Taxa de Desemprego	9,5	10,8	12,4

Fonte: Ministério das Finanças/ Banco de Portugal
 Leitura: variação percentual, à excepção da Taxa de Desemprego
 (e)- Estimativa

No quadro de crise da dívida soberana na Zona Euro, a economia portuguesa intensificou em 2011 o processo de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo dos últimos anos. Estes desequilíbrios traduziram-se em necessidades de financiamento externo persistentes e elevadas. Num contexto de fortes tensões nos mercados financeiros, estes desequilíbrios constituem uma vulnerabilidade da economia portuguesa, que contribuiu para a perda de acesso do sector público e, conseqüentemente do sector bancário, a financiamento de mercado em condições regulares. Deste modo, o Estado português solicitou assistência financeira junto do FMI e UE. Este pedido deu lugar à formalização de um Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), em que o Governo

português se comprometeu a adoptar medidas de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos e de carácter estrutural.

O processo de consolidação orçamental em curso afectará negativamente o crescimento da economia portuguesa entre 2011-2013, mas deverá criar condições para um crescimento sustentável no longo prazo. As projecções do FMI apontam para uma contracção sem precedentes da actividade económica e da procura interna, acompanhada de uma redução substancial do desequilíbrio externo. De acordo com as previsões do FMI, o défice orçamental ficará nos 5,9% do PIB, contudo, o Governo aponta para um défice de 4,5% do PIB.

Em 2011, estima-se que o PIB tenha contraído 1,6%, traduzindo assim uma queda significativa da procura interna, tanto pública como privada. A forte contracção da procura interna é acompanhada por um crescimento significativo das exportações, que não é no entanto suficiente para compensar o impacto do ajustamento dos níveis de procura por parte dos agentes residentes.

Assistiu-se a uma continuada deterioração das condições no mercado de trabalho, redução de emprego em termos líquidos e aumento da taxa de desemprego para níveis historicamente elevados, 12,4% no 3º trimestre de 2011. Por outro lado, as medidas de consolidação orçamental implicam uma contracção sem precedentes no rendimento disponível das famílias, verificando-se, de forma generalizada, uma diminuição do poder de compra e da confiança dos consumidores.

Em 2011, a taxa de inflação média anual aumentou para os 3,6% (1,4% em 2010), traduzindo o impacto do aumento da tributação indirecta, subida de preços sujeitos a procedimentos de natureza administrativa, aumento dos preços dos transportes e dos produtos energéticos, cuja taxa do IVA aumentou dos 6% para os 23%.

A evolução da economia portuguesa será marcada pelo ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos estruturais, no contexto do PAEF acordado com a União Europeia, os países da Zona Euro e o Fundo Monetário Internacional. Este processo, que se intensificará em 2012, deverá implicar uma forte contracção da procura interna até final de 2013. O seu sucesso é, no entanto, determinante para garantir o restabelecimento dos equilíbrios macroeconómicos básicos, a redução das necessidades crónicas de financiamento externo da economia portuguesa, o retomar de um processo de crescimento sustentável e assim assegurar o regresso dos agentes residentes ao financiamento junto dos mercados financeiros internacionais.

O Sector das Telecomunicações

Em 2011 a economia global continuou afectada pela crise internacional que atingiu vários sectores de actividade, pese embora o sector das telecomunicações, como expectável, se tenha mantido atractivo ao investimento, nomeadamente ao nível das Redes de Nova Geração.

As Redes de Nova Geração proporcionam um serviço de telecomunicações mais rápido, que permite o acesso a produtos e serviços tecnologicamente inovadores pela generalidade dos consumidores. No contexto europeu, foram mantidos os apoios ao investimento em Redes de Nova Geração através da atribuição de incentivos financeiros. Este investimento tem como objectivo promover a adopção massificada de acessos a elevados níveis de débito à Internet, e o desenvolvimento de aplicações avançadas com vista à ligação generalizada de utilizadores a Redes de Nova Geração. Nesse sentido, manteve-se a aposta no crescimento numa óptica de penetração de serviços de banda larga *wireline* em todo o território europeu, sobretudo em regiões com menor interesse e potencial comercial, tornando o acesso a elevados débitos generalizado, nomeadamente o acesso à Internet.

Ao nível do mercado português, ao longo de 2011 o sector dos serviços de telecomunicações continuou a evidenciar um crescimento em termos de base de clientes *wireline*.

No sector residencial continuou a assistir-se a uma disputa dinâmica entre a PTC (PT Comunicações), com o seu produto MEO, e a oferta da ZON (ao nível da TV por assinatura). A concorrência entre ambas tem beneficiado o consumidor com a possibilidade de aceder a ofertas em maior número e com maior diversidade.

De acordo com os indicadores publicados trimestralmente pelo organismo regulador do sector (ICP – Anacom), os assinantes de televisão por subscrição (considerando não só soluções *wireline* mas, também, por satélite – DTH – *Direct to Home*) em final de 2011 aumentaram em cerca de 202 mil, face ao ano anterior, atingindo uma base de 2,98 milhões de assinantes. De enaltecer que a oferta em fibra óptica FTTH/B (*Fiber to the Home/Building*) foi a que mais contribuiu para o crescimento deste serviço, uma vez que em cada 10 novos clientes, em termos líquidos, cerca de 6 foram obtidos no âmbito desta oferta (informação publicada pela Anacom).

Quadro A – Evolução do número de assinantes do serviço de televisão por subscrição

	4T10	2T11	4T11	Variação homóloga
Norte	786	811	862	9,5%
Centro	498	519	555	11,5%
Lisboa	992	1.006	1.028	3,6%
Alentejo	169	177	190	11,9%
Algarve	121	125	130	7,2%
Região Autónoma dos Açores	104	105	106	2,0%
Região Autónoma da Madelra	104	105	106	2,3%
Total	2.775	2.848	2.977	7,3%

Fonte: ICP- Anacom

Unidade: Milhares de assinantes

Neste exercício económico assistiu-se à entrada da ZON no mercado empresarial, em especial no âmbito das pequenas e médias empresas e do *mass business*. O mercado tornou-se mais competitivo em resultado da Optimus e da Vodafone poderem disponibilizar ofertas de convergência fixo móvel, pese embora a hegemonia do Grupo PT se tenha mantido. Ao nível do *corporate* notou-se uma pressão significativa sobre o parque de clientes da ONI, que resultou na perda de clientes de referência da empresa.

Assistiu-se, igualmente, a um crescimento do número de clientes de acesso à Internet em local fixo. Segundo dados publicados pela ANACOM com referência ao quarto trimestre de 2011, verificou-se um crescimento de 5,1% face ao trimestre homólogo anterior, atingindo-se 2,2 milhões de clientes.

Quadro B – Evolução do número total de clientes de acesso fixo à Internet

	4T10	3T11	4T11	Variação trimestral	
				4T11/3T11	4T11/4T10
Clientes de banda larga (fixa)	2.075	2.169	2.186	0,8%	5,3%
Clientes de acesso dial-up	29	26	26	-1,4%	-10,1%
Número Total de Clientes	2.104	2.195	2.212	0,8%	5,1%

Fonte: ICP- Anacom

Unidade: Milhares de clientes

A principal tecnologia de acesso à Internet em banda larga fixa continua a ser o ADSL, que representa 49,1% do total com referência ao quarto trimestre de 2011. O número de acessos via *modem* cabo ascende a 903 mil, o que representa 40,3% do total dos acessos e reflecte um aumento de 5% face ao trimestre homólogo anterior. O acesso à Internet suportado em fibra óptica (*FTTH/B*) verificou um aumento de 81,4% face ao mesmo período de 2010 e ascende a 237 mil acessos. Assim, o crescimento do acesso à Internet em banda larga suportado em fibra óptica (*FTTH/B*) ascendeu a 10,5% do total de acessos.

Quadro C – Evolução do número de acessos de banda larga (acesso fixo)

	4T10	3T11	4T11	Variação trimestral	
				4T11/3T11	4T11/4T10
Total de acessos, dos quais:	2.127	2.217	2.240	1,0%	5,3%
Acessos ADSL	1.112	1.106	1.099	-0,6%	-1,2%
% do Total de banda larga fixa	52,3%	49,9%	49,1%		
Acessos modem cabo	860	890	903	1,5%	5,0%
% do Total de banda larga fixa	40,4%	40,1%	40,3%		
Acessos FTTH/B	130	201	237	17,6%	81,4%
% do Total de banda larga fixa	6,1%	9,1%	10,6%		
Outros	25	20	2	-92,3%	-93,7%
% do Total de banda larga fixa	1,2%	0,9%	0,1%		

Fonte: ICP- Anacom

Unidade: Milhares de acessos

No que se refere às quotas de clientes de banda larga fixa, e como se pode observar no quadro seguinte, a quota de clientes do Grupo PT, no final do quarto trimestre de 2011, situou-se nos 49,4%, mais 2,5 pontos percentuais do que no trimestre homólogo anterior.

Quadro D – Evolução das quotas de clientes de banda larga (acesso fixo)

	2010		2011		
	4T10	1T11	2T11	3T11	4T11
Grupo PT	46,9%	47,2%	47,8%	48,4%	49,4%
PT Comunicações	44,9%	45,6%	46,2%	47,0%	48,0%
PT Prime	1,9%	1,5%	1,5%	1,4%	1,4%
TMN	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Grupo ZON Multimédia / TV Cabo	32,5%	32,8%	32,9%	32,7%	33,0%
ZON TV Cabo Portugal	30,1%	30,4%	30,5%	30,2%	30,5%
ZON TV Cabo Madeirense	1,5%	1,5%	1,6%	1,6%	1,6%
ZON TV Cabo Açoreana	0,9%	0,9%	0,9%	0,9%	0,9%
Cabovisão	7,9%	7,7%	7,6%	7,3%	7,2%
Optimus	6,6%	6,1%	5,8%	5,6%	5,4%
Vodafone	4,2%	4,2%	4,1%	4,1%	4,2%
AR TELECOM	1,2%	1,1%	1,0%	0,9%	0,1%
ONITELECOM	0,3%	0,3%	0,3%	0,3%	0,1%
Outros Prestadores	0,6%	0,6%	0,6%	0,6%	0,6%

Fonte: ICP- Anacom

Unidade: %

No final do quarto trimestre de 2011, o número de acessos ao sistema telefone fixo ascendeu a 4,5 milhões, verificando-se um aumento de 1,1% face ao período homólogo de 2010. O crescimento dos acessos via VoIP foi de 27,0%, nos quais se incluem os acessos via fibra óptica (FTTH/B) que, de acordo com a ANACOM, aumentaram em 94%.

Com referência ao final de 2011, as empresas do Grupo PT que actuam neste mercado possuíam uma quota de clientes de 58,7% neste segmento, o que representa uma diminuição de 17,5 pontos percentuais desde 2007. Esta diminuição decorre do aumento de ofertas de prestadores alternativos, sobretudo as ofertas em pacote.

Quadro E – Número de acessos do sistema telefone fixo

	4T10	3T11	4T11	Variação	
				4T11 / 3T11	4T11 / 4T10
Acessos Principais Totais	4.477	4.511	4.525	0,3%	1,1%
Acessos Analógicos	2.444	2.360	2.325	-1,5%	-4,9%
(dos quais) Postos Públicos	32	29	27	-9,5%	-15,5%
Acessos RDIS e Diglnet	722	675	639	-5,2%	-11,5%
Básicos	397	363	352	-3,0%	-11,4%
Primários	267	286	280	-1,9%	4,9%
Fracionados	1	4	3	-26,7%	462,9%
Outros acessos digitais	57	22	4	-80,9%	-92,8%
GSM / UMTS	442	454	458	0,9%	3,7%
VoIP / VoB	868	1.022	1.103	7,9%	27,0%

Fonte: ICP- Anacom

Unidade: Milhares de acessos

No que diz respeito ao *wholesale*, a grande novidade do mercado em 2011 foi a entrada da ZON que, quer isoladamente quer em parceria com outros operadores, tentou otimizar os activos de rede que possui susceptíveis de serem partilhados com outras empresas do sector.

Em 2011 foi preparado o *switch-off* do sistema analógico terrestre, a partir do qual o serviço de televisão deixa de estar disponível por via analógica, o que mereceu diversas intervenções de carácter tecnológico e político no decurso do ano. Pese embora Portugal não seja dos países pioneiros na adopção do padrão digital, que melhora significativamente a qualidade do sinal de televisão aberto e oferece frequências para a prestação de outros serviços *wireless*, a cessação do sinal analógico terrestre representa um marco histórico.

O leilão de blocos de frequências, em determinados espectros, acabou por ter apenas a presença dos actuais prestadores de serviços de comunicação móvel, gorando-se desta forma a possibilidade da entrada de um novo *player*

neste mercado. A ZON e a ONI não participaram no leilão, e não se verificou a presença de qualquer operador de um país estrangeiro. Desta forma, as frequências em leilão foram distribuídas de forma praticamente equitativa pelos três *players* actuais, com um ligeiro destaque para a Vodafone. Assim, encontram-se reunidas as condições de base para que os operadores móveis invistam em tecnologia que permita disponibilizar serviços 4G, com maiores larguras de banda.

Actividade da Empresa

ORGANIZAÇÃO

No decorrer de 2011, a actividade da Empresa foi assegurada com recurso a prestadores de serviços externos especializados em telecomunicações, seleccionados com base no CCP (Código de Contratação Pública). Adicionalmente, e conforme tem vindo a ser prática desde a constituição da sociedade, o suporte dos accionistas numa base de cooperação, nomeadamente os privados, tem vindo a ser fundamental para assegurar o bom funcionamento da Empresa.

O Administrador Executivo (AE) da Empresa é um membro do Conselho de Administração, não remunerado. Tem como procedimento elaborar actas quinzenais, nas quais dá conhecimento aos restantes membros do Conselho de Administração das suas acções no âmbito da delegação de poderes que lhe foi conferida.

CUSTOS DE EXPLORAÇÃO

Assegurando sempre a qualidade dos serviços prestados ao clientes e a continuidade da actividade, a Empresa tem vindo a apostar na permanente inovação no sentido de otimizar a sua gestão corrente, sempre com o objectivo de garantir uma forte contenção de custos.

Da política de gestão otimizada de recursos e de contenção de custos resultou que os custos efectivos da Empresa foram significativamente inferiores aos valores previstos em sede de orçamento.

TECNOLOGIA

A Empresa praticamente atingiu a maturidade necessária em termos tecnológicos, o que originou que a sua plataforma tecnológica exhibisse níveis de estabilidade consentâneos com os níveis de serviço com que a Empresa se comprometeu, apesar de serem ainda patentes algumas oportunidades de melhoria que deverão ser consideradas no futuro.

Em termos globais, a Empresa cumpriu os níveis de serviço a que se tinha comprometido, conseguindo, em muitas situações, ultrapassar os níveis de serviços previstos.

A acção tomada ao nível da divulgação do cadastro da rede junto dos Municípios, empreiteiros, autoridades e mesmo organismos públicos, manteve-se no exercício de 2011 e deu os seus frutos em termos de redução significativa de ocorrências de corte do canal óptico, pelo que se deverá manter no futuro.

COMERCIAL e MARKETING

O esforço comercial desenvolvido tem surtido efeito conforme se constata pelo facto de a Empresa ter como clientes, entre outros, três operadores de telecomunicações de nível nacional. O nível de rendimentos de exploração apresentou um crescimento significativo face ao ano anterior e é de esperar que em 2012 se intensifique.

A Empresa tem sido capaz de ajustar a sua oferta às necessidades do mercado, não obstante as limitações resultantes da tipologia de infraestruturas detidas pela Empresa – rede de transporte sem capilaridade – que retira atractividade para os operadores que necessitam de soluções complementares para chegar ao cliente final.

Contudo, é natural, à medida que o mercado cresce, que venha a existir cada vez mais a necessidade de elevadíssimas larguras de banda, aumentando assim o mercado potencial da Empresa.

Por outro lado, a Empresa manteve a aposta na criação de condições de diferenciação da região e apostou nos vectores considerados mais prementes: saúde e educação, tendo dado contributos importantes para a região nestes dois importantes sectores.

INVESTIMENTO

No presente período, o investimento efectuado em Edifícios e outras construções foi de 19.442,03. Verificou-se, adicionalmente, um investimento no período de 8.735,04€, que se encontra em curso no final do ano.

RECURSOS HUMANOS

No final do exercício, a empresa mantinha, tal como em 2010, quatro administradores não remunerados.

A empresa manteve a sua actuação sustentada em contratos de prestação de serviços, no envolvimento directo dos seus administradores e também com base em colaboradores dos seus accionistas, em especial do privado.

Análise económico-financeira

As principais componentes do Balanço no lado do Activo são os Activos fixos tangíveis e Activos intangíveis, enquanto que no lado do Passivo ressalta a rubrica Passivos por impostos diferidos.

Os Activos fixos tangíveis incluem a construção da Rede Comunitária e respectivos equipamentos, que ficou concluída em Maio de 2010. Por seu turno, a rubrica de Activos intangíveis inclui os programas de computadores necessários para a operacionalidade e exploração da referida rede. A rubrica de Clientes reflecte os valores em dívida decorrentes da celebração de contratos de conectividade e de aluguer de fibra escura e co-localização da rede comunitária.

Na rubrica Outros instrumentos de capital próprio encontram-se registadas as prestações acessórias do sócio privado, que assumem também uma importância relevante nos Capitais Próprios, totalizando 6.479.588,53 €. Em 2011, efectuou-se um reforço das prestações acessórias por conta do sócio privado, a Dstelecom s.a., no valor de 1.055.014,78€.

A rubrica Outras variações no capital próprio diz respeito ao subsídio governamental obtido para investimento em activos fixos tangíveis e intangíveis no âmbito do POS_C, no valor de 4.044.066,68 €, deduzido dos respectivos passivos por impostos diferidos.

RÁCIOS FINANCEIROS

Descrição	2009	2010	2011
Indicadores Económicos			
EBITDA*	-24.407	95.323	226.700
Indicadores Financeiros			
Autonomia Financeira	80,93%	78,14%	88,01%
Liquidez Geral	3,83%	8,85%	49,93%
Solvabilidade Total	424,45%	357,48%	733,94%

A Minhocom, EIM apresenta um bom rácio de autonomia financeira, decorrente das prestações acessórias incorporadas na empresa para fazer face à execução da Rede e do subsídio ao investimento. Esta incorporação permitiu ainda a obtenção de um excelente rácio de solvabilidade.

Em termos de proveitos de exploração em 2011, a empresa duplicou a facturação mas salienta-se que a exploração da rede apenas teve início em meados de 2010.

Fruto dos factos atrás referidos bem como do enorme esforço que foi efectuado para manter os gastos de exploração em níveis bastante baixos, a empresa apurou um EBITDA positivo que se cifrou em mais de 226.000 € decorrente dos serviços prestados e reconhecimento do investimento no período de 2011. O Resultado líquido foi negativo em 273.000 €, decorrente em especial das depreciações e amortizações dos activos fixos tangíveis e activos intangíveis.

Perspectivas Futuras

No decorrer do exercício de 2012 espera-se que os promotores da Minhocom, bem como entidades locais de papel relevante para a região, continuem a aderir de forma significativa à sua Rede Privada de nova geração, aproveitem as potencialidades da mesma na sua plenitude e estimulem os seus prestadores de serviços de telecomunicações a utilizarem a infraestrutura e serviços da sua empresa intermunicipal.

Adicionalmente, é expectável o aumento gradual do volume de negócios da empresa em resultado da actividade comercial que tem vindo a ser desenvolvida.

Dívidas ao Estado e outros entes públicos e à Segurança Social em situação de mora

A empresa não apresenta dívidas em situação de mora ao Estado e outros entes públicos e à Segurança Social.

Acontecimentos subsequentes

Após o encerramento do exercício, e até à presente data, não se verificaram acontecimentos subsequentes que possam ter efeitos materialmente relevantes sobre as demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011.

Proposta de aplicação de resultados


O Conselho de Administração propõe aos Senhores Accionistas que o resultado líquido negativo do exercício de 2011, no valor de 273.402,09€ (duzentos e setenta e três mil, quatrocentos e dois euros e nove cêntimos), seja aplicado na rubrica de Resultados Transitados.

Nota Final

O Conselho de Administração deixa expressa uma palavra de reconhecimento a todos os seus colaboradores e uma de agradecimento a todos quanto, de uma forma ou de outra, cooperaram com a empresa. Agradecimentos especiais ao Fiscal Único, Fornecedores e Entidades Bancárias que muito nos honram com prestimosa relação.

Valença, 29 de Fevereiro de 2012

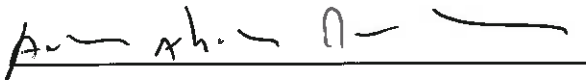
O Conselho de Administração



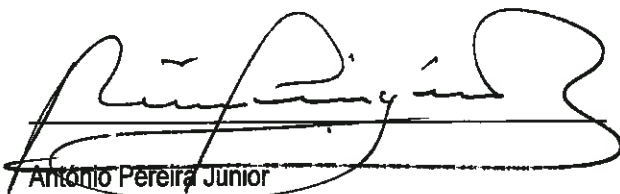
José Gonçalves Teixeira



José Manuel Vaz Carpinteira



António Abílio Pereira Torres



António Pereira Junior

B) Informação Financeira

Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2011

Unidade monetária: euros

RUBRICAS	NOTAS	31-12-2011	31-12-2010
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	7	9.416.777,23	9.785.709,82
Activos intangíveis	8	148.249,68	255.669,58
Activos por impostos diferidos		1.255,12	-
		9.566.282,03	10.041.379,40
Activo corrente			
Clientes	9	38.394,05	103.828,80
Estado e outros entes públicos	11	2.000,00	1.000,00
Outras contas a receber	10	35.337,89	-
Diferimentos	12	-	13,72
Caixa e depósitos bancários	4	37.372,15	4.284,62
		113.104,09	109.127,14
Total do activo		9.679.386,12	10.150.506,54
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	13	50.000,00	50.000,00
Outros instrumentos de capital próprio	14	6.479.588,53	5.424.573,75
Resultados transitados		(471.473,22)	(68.765,74)
Outras variações no capital próprio		2.733.992,37	2.877.030,32
Resultado líquido do período		(273.402,09)	(351.136,03)
Total do capital próprio		8.518.705,59	7.931.702,30
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivos por impostos diferidos	17	934.153,75	985.725,15
Outras contas a pagar		-	-
		934.153,75	985.725,15
Passivo corrente			
Fornecedores	15	88.319,28	80.105,62
Estado e outros entes públicos	11	5.533,03	4.508,65
Outras contas a pagar	16	56.041,17	1.093.503,67
Diferimentos	12	76.633,30	54.961,15
		226.526,78	1.233.079,09
Total do passivo		1.160.680,53	2.218.804,24
Total do capital próprio e do passivo		9.679.386,12	10.150.506,54

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas

Período findo em 31 de Dezembro de 2011

Unidade monetária: euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2011	2010
Vendas e serviços prestados	18	83.142,01	46.827,99
Fornecimentos e serviços externos	20	(90.508,67)	(81.209,48)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	21	(11.115,96)	-
Outros rendimentos e ganhos	22	234.248,18	129.739,71
Outros gastos e perdas	23	(182,00)	(35,20)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		215.583,56	95.323,02
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	24	(507.079,56)	(331.174,78)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(291.496,00)	(235.851,76)
Juros e gastos similares suportados	25	(34.732,66)	(149.665,29)
Resultado antes de impostos		(326.228,66)	(385.517,05)
Imposto sobre o rendimento do período		52.826,57	34.381,02
Resultado líquido do período		(273.402,09)	(351.136,03)

Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio no período de 2010

Unidade monetária: euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	Outros				Resultado líquido do período	Total
		Capital realizado	Instrumentos de capital próprio	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio		
Posição em 1 de Janeiro de 2010		50.000,00	5.424.573,75	(9.976,04)	2.972.389,01	(24.408,68)	8.412.578,04
Alterações no período		-	-	(24.408,68)	-	24.408,68	-
Aplicação do resultado de 2009		-	-	-	-	-	-
Alterações em outras variações no capital próprio:		-	-	-	(129.739,71)	-	-
Subsídios ao investimento - imputação a resultados do período	19	-	-	(34.381,02)	34.381,02	-	(129.739,71)
Ajustamentos por impostos diferidos	15	-	-	-	-	-	-
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	(58.789,70)	(95.358,69)	24.408,68	(129.739,71)
Resultado líquido do período		-	-	(58.789,70)	(95.358,69)	(351.136,03)	(351.136,03)
Resultado integral		-	-	(58.789,70)	(95.358,69)	(326.727,35)	(480.875,74)
Operações com detentores de capital no período		-	-	-	-	-	-
Realizações de capital		-	-	-	-	-	-
Realização de prémios de emissão		-	-	-	-	-	-
Distribuições		-	-	-	-	-	-
Entradas para cobertura de perdas		-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-
Posição em 31 de Dezembro de 2010		50.000,00	5.424.573,75	(68.765,74)	2.877.030,32	(351.136,03)	7.931.702,30

Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio no período de 2011

Unidade monetária: euros

DESCRÇÃO	Outros					Total
	Capital realizado	Instrumentos de capital próprio	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	
Posição em 1 de janeiro de 2011	50.000,00	5.424.573,75	(68.765,74)	2.877.030,32	(351.136,03)	7.931.702,30
Alterações no período	-	-	(351.136,03)	-	351.136,03	-
<i>Aplicação do resultado de 2010</i>	-	-	-	(194.609,40)	-	-
<i>Alterações em outras variações no capital próprio:</i>	-	-	(51.571,45)	51.571,45	-	(194.609,40)
<i>Subsídios ao investimento - imputação a resultados do período</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Ajustamentos por impostos diferidos</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Outras alterações reconhecidas no capital próprio</i>	-	-	(402.707,48)	(143.037,95)	351.136,03	(194.609,40)
Resultado líquido do período	-	-	(402.707,48)	(143.037,95)	(273.402,09)	(273.402,09)
Resultado integral	-	-	-	-	77.733,94	(468.011,49)
Operações com detentores de capital no período	-	-	-	-	-	-
<i>Realizações de capital</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Realização de prémios de emissão</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Distribuições</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Entradas para cobertura de perdas</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Outras operações</i>	-	1.055.014,78	-	-	-	1.055.014,78
	-	1.055.014,78	-	-	-	1.055.014,78
Posição em 31 de Dezembro de 2011	50.000,00	6.479.588,53	(471.473,22)	2.733.992,37	(273.402,09)	8.518.705,59

Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa

Período findo em 31 de Dezembro de 2011

RUBRICAS	Notas	2011	2010
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</u>			
Recebimentos de clientes		165.185,83	15.925,85
Pagamentos a fornecedores		(84.679,94)	(1.706,24)
Pagamentos ao pessoal		-	-
Caixa gerada pelas operações		80.505,89	14.219,61
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		(1.000,00)	(1.000,00)
Outros recebimentos/pagamentos		-	-
Fluxo de caixa das actividades operacionais (1)		79.505,89	13.219,61
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(1.058.189,19)	(14.202,92)
Activos intangíveis		(2.500,00)	-
		(1.060.689,19)	(14.202,92)
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		-	-
Activos intangíveis		-	-
Subsídios ao investimento		-	-
		-	-
Fluxo de caixa das actividades investimento (2)		(1.060.689,19)	(14.202,92)
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Realizações de capital e outros instrumentos de capital próprio		1.055.014,78	-
		1.055.014,78	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e gastos similares		(40.743,95)	-
Reduções de capital e outros instrumentos de capital próprio		-	-
		(40.743,95)	-
Fluxo de caixa das actividades financiamento (3)		1.014.270,83	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1) + (2) + (3)		33.087,53	(983,31)
Caixa e seus equivalentes no início do período		4.284,62	5.267,93
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	37.372,15	4.284,62

C) Anexo

1. Identificação da entidade

Designação da entidade: Minhocom – Gestão de Infraestruturas de Telecomunicações, EIM.

Sede Social: Avenida Miguel Dantas, nº 69, Valença

Data da Constituição: 20 de Março de 2008

N.º Contribuinte: 508 515 548

C.A.E.: 61100 – Actividades de Telecomunicações

Designação da empresa-mãe: Associação de Municípios do Vale do Minho

Sede da empresa-mãe: Valença

Natureza da actividade: Implementação e gestão de infraestruturas e serviços de telecomunicações e gestão da rede Comunitária do Vale do Minho, com vista à exploração de uma actividade de interesse geral.

Sempre que não exista outra referência, os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Sistema de Normalização Contabilística

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC). Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas, as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas.

A preparação das demonstrações financeiras exige a utilização de estimativas e julgamentos relevantes que afectam as quantias de activos e passivos, assim como as quantias de gastos e rendimentos durante o período de relato.

Estas estimativas e pressupostos resultam do melhor conhecimento, em relação aos eventos e acções correntes, não se esperando, no entanto, que daí possam resultar ajustamentos significativos aos valores dos activos e passivos em períodos futuros.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras anexas estão descritas abaixo.

3.1. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto de continuidade dos negócios, tomando por base o custo histórico e preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, mantidos de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

3.1.1. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzidos das correspondentes depreciações e de eventuais perdas por imparidade. O custo de aquisição inclui todos os dispêndios directamente atribuíveis à aquisição dos bens e sua disponibilização no local e condições de operacionalidade pretendidos.

Os encargos subsequentes são incluídos no custo de aquisição do bem ou reconhecidos como activos separados, conforme apropriado, quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a entidade por via da sua utilização e o respectivo custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os gastos com reparações e manutenção que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis, são reconhecidos como gasto no período em que são incorridos.

Os activos fixos tangíveis em curso, activos fixos ainda em fase de construção/conclusão, encontram-se contabilizados ao custo de aquisição deduzidos de eventuais perdas por imparidade. A depreciação destes activos fixos tangíveis tem início a partir do momento que os activos subjacentes se encontrem disponíveis para uso.

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição, pelo método da linha recta, com imputação duodecimal a partir da data em que o activo se encontra em condições de funcionamento, utilizando as taxas económicas mais apropriadas, que permitam a reintegração total do bem durante a sua vida útil estimada.

As taxas de depreciação anuais médias utilizadas são as seguintes:

	TAXA ANUAL (%)
Edifícios e outras construções	2,5 a 10
Equipamento básico	12,5 a 33,33
Equipamento administrativo	33,33

Uma vez que a entidade não possui uma estimativa fiável do valor residual dos activos, foi considerado valor nulo para efeitos de depreciações dos activos fixos tangíveis.

Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um activo, é revista a depreciação desse activo de forma prospectiva para reflectir as novas expectativas.

As mais ou menos valias resultantes do abate ou alienação de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o montante recebido das alienações e a quantia escriturada do activo, e são reconhecidas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", respectivamente.

3.1.2. Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das correspondentes amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. Os activos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a entidade e sejam controláveis e mensuráveis com fiabilidade.

Na sua maioria os activos intangíveis são constituídos por programas de computador e são amortizados pelo método da linha recta, aplicado em regime de duodécimos a partir da data em que os mesmos estão disponíveis para uso, utilizando as taxas económicas mais apropriadas, que permitam a reintegração total do bem durante a sua vida útil estimada. Não é considerado qualquer valor residual.

A taxa de amortização anual média utilizada é a seguinte:

	TAXA ANUAL (%)
Programas de computador	33,33

3.1.3. Activos e passivos financeiros

Os activos e passivos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

Contas a receber de clientes e outros devedores

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas pelo seu valor nominal, deduzido das perdas por imparidade sempre que necessário.

No final de cada período de relato são analisadas as dívidas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objectiva de que não são recuperáveis.

As perdas por imparidade são reconhecidas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

O valor da perda por imparidade é reconhecido como gasto na demonstração dos resultados.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são contabilizadas pelo seu valor nominal.

Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica Caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

3.1.4. Rédito

O rédito compreende os rendimentos associados a vendas e a serviços prestados. O rédito é reconhecido nas vendas aquando da passagem para o comprador dos riscos e vantagens inerentes à posse dos activos vendidos e nos serviços prestados é reconhecido na demonstração dos resultados quando prestados, tendo em conta a proporção entre os serviços prestados no período e os serviços totais contratados.

O rédito não é reconhecido quando é decorrente de situações de incerteza face à aceitação ou cobrança da prestação de serviços.

Caso se verifiquem situações em que os serviços facturados são superiores aos serviços prestados, a diferença é registada na rubrica Rendimentos a reconhecer sendo registados na demonstração dos resultados à medida que os mesmos são prestados e os respectivos gastos, associados a essa prestação, incorridos.

3.1.5. Subsídios do Governo

Os subsídios são inicialmente reconhecidos no passivo, quando são recebidos (ou existe certeza que sejam recebidos) e após existir segurança que a entidade irá cumprir com as condições a eles associadas.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração dos resultados na parte proporcional aos gastos incorridos.

3.1.6. Imparidade de activos

À data de cada relato, e sempre que seja detectado um acontecimento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperável, é efectuada uma avaliação de imparidade dos activos.

Na presença de algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade.

Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante de excesso da quantia escriturada do activo face ao seu valor recuperável, sendo essa perda reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de Perdas por imparidade (e respectiva reversão posterior, caso exista, na rubrica de Reversões de perdas por imparidade).

3.1.7. Impostos sobre o Rendimento

O gasto relativo a "Imposto sobre o rendimento do período" corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos lucros tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O lucro tributável difere do resultado contabilístico uma vez que exclui gastos e rendimentos que são dedutíveis ou tributáveis noutros períodos. O lucro tributável exclui ainda gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

Em cada data de relato é efectuada uma revisão desses activos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens reconhecidos directamente no capital próprio. Nestes casos, os respectivos impostos diferidos são igualmente reconhecidos no capital próprio.

3.2. Juízos de valor, principais pressupostos relativos ao futuro e principais fontes de incerteza das estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF exige o recurso a determinadas estimativas e pressupostos contabilísticos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período. Quando necessário, todas as estimativas e assunções efectuadas pelo Órgão de Gestão foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração dos resultados de forma prospectiva.

3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade.

4. Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada segundo o método directo, pelo qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa em actividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A rubrica de Caixa e depósitos bancários tem a seguinte decomposição:

	2011	2010
Caixa	13,00	13,00
Depósitos bancários	37.359,15	4.271,62
Total de caixa e depósitos bancários	37.372,15	4.284,62

Não existem quantias de caixa e seus equivalentes não disponíveis para uso.

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o período não ocorreram alterações de políticas e estimativas contabilísticas nem erros materiais relativos a períodos anteriores.

6. Partes Relacionadas

a) Informação relativa à empresa-mãe

Têm participação no capital social da Entidade, com valor superior a 20%, as seguintes pessoas colectivas:

Sociedades	Participação
Associação de Municípios do Vale do Minho	51%
DSTelecom, S.A.	48%

b) Remunerações atribuídas aos órgãos sociais

Uma vez que os administradores não são remunerados, as remunerações atribuídas aos Órgãos Sociais da entidade no exercício das suas funções durante o período de 2011 foram 1.230,00 euros e respeitam aos honorários de revisão legal de contas do Fiscal Único (ROC).

7. Activos fixos tangíveis

A informação relativa às quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis, com referência aos períodos de 2011 e 2010 pode ser analisada como segue:

Descrição	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento administrativo	AFT em curso	Total
1 Quantia bruta escriturada inicial	9.168.114,85	861.988,19	2.055,74	11.677,36	10.043.836,14
2 Amortizações acumuladas iniciais	179.361,00	78.308,49	456,83	-	258.126,32
3 Perdas por imparidade acumuladas iniciais	-	-	-	-	-
4 Quantia líquida escriturada inicial (4 = 1 - 2 - 3)	8.988.753,85	783.679,70	1.598,91	11.677,36	9.785.709,82
5 Movimentos do período: (5 = 5.1 - 5.2 + 5.3 + 5.4)	(247.576,98)	(117.778,04)	(685,25)	(2.892,32)	(368.932,59)
5.1 Total das adições	19.442,03	-	-	8.785,04	28.227,07
Aquisições em 1.ª mão	19.442,03	-	-	8.785,04	28.227,07
5.2 Total das diminuições	278.696,37	117.778,04	685,25	-	397.159,66
Amortizações	278.696,37	117.778,04	685,25	-	397.159,66
5.6 Outras transferências	11.677,36	-	-	(11.677,36)	-
6 Quantia líquida escriturada final (6 = 4 + 5)	8.741.176,87	665.901,66	913,66	8.785,04	9.416.777,23

8. Activos intangíveis

A informação relativa à quantia escriturada dos activos intangíveis, com referência aos períodos de 2011 e 2010, pode ser analisada como segue:

Descrição	Programas de computador	Total
Com vida útil finita:		
4 Quantia bruta escriturada inicial	328.718,04	328.718,04
5 Amortizações acumuladas iniciais	73.048,46	73.048,46
6 Perdas por imparidade acumuladas iniciais	-	-
7 Quantia líquida escriturada inicial (7 = 4 - 5 - 6)	255.669,58	255.669,58
8 Movimentos do período: (8 = 8.1 - 8.2 + 8.3 + ... + 8.6)	(107.419,90)	(107.419,90)
8.1 Total das adições	2.500,00	2.500,00
Aquisições em 1.ª mão	2.500,00	2.500,00
8.2 Total das diminuições	109.919,90	109.919,90
Amortizações	109.919,90	109.919,90
9 Quantia líquida escriturada final (9 = 7 + 8)	148.249,68	148.249,68

9. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, a rubrica de Clientes apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2011	2010
Clientes c/c	38.394,05	103.828,80
Clientes de cobrança duvidosa	11.115,96	-
	<u>49.510,01</u>	<u>103.828,80</u>
Perdas por imparidade acumuladas	(11.115,96)	-
	38.394,05	103.828,80

Em 31 de Dezembro de 2011, as dívidas de cobrança duvidosa apresentavam a seguinte composição:

DESCRIÇÃO	Valor
Reclamadas judicialmente	<u>1.075,00</u>
Em mora:	<u>10.040,96</u>
Há mais de doze meses e até dezoito meses	<u>10.040,96</u>
	11.115,96

10. Outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, a rubrica de Outras contas a receber apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2011	2010
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Serviços prestados	1.933,99	-
Rendimentos suplementares	33.403,90	-
	<u>35.337,89</u>	<u>-</u>

11. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, a rubrica de Estado e outros entes públicos apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2011	2010
Activo		
Imposto sobre rendimento	2.000,00	1.000,00
	2.000,00	1.000,00
Passivo		
Imposto sobre o valor acrescentado	5.533,03	4.508,65
	5.533,03	4.508,65

12. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, a rubrica Gastos e Rendimentos a reconhecer apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2011	2010
Gastos a reconhecer		
Outros gastos	-	13,72
	-	13,72
Rendimentos a reconhecer		
Serviços a prestar nos próximos anos já facturados	76.633,30	54.961,15
	76.633,30	54.961,15

13. Capital Realizado

O capital societário da entidade manteve-se inalterado, sendo constituído por 10.000 acções escriturais, nominativas, com o valor nominal unitário de cinco euros, encontra-se totalmente realizado.

A Associação de Municípios do Vale do Minho detém 5.100 acções de categoria A, relativamente às quais são conferidos direitos especiais quanto à partilha do activo resultante da liquidação da sociedade. Todas as restantes acções são ordinárias.

14. Outros instrumentos de capital próprio

Nesta rubrica encontram-se registadas as prestações suplementares efectuadas pelo sócio privado no valor de 6.479.588,53 euros e que o Órgão de Gestão considera que as mesmas não se qualificam como passivo.

15. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, a rubrica de Fornecedores apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2011	2010
Fornecedores c/c	88.319,28	80.105,62
	88.319,28	80.105,62

16. Outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, a rubrica de Outras contas a pagar apresentava a seguinte composição:

Rubricas	2011	2010
Passivo corrente		
Fornecedores de investimentos	3.401,15	1.033.363,27
Credores por acréscimos de gastos		
Seguros	1.068,57	-
Juros	-	6.011,24
Fornecimentos e serviços externos	-	2.057,66
Outros acréscimos de gastos	-	500,00
	1.068,57	8.568,90
Passivos por impostos diferidos	51.571,45	51.571,50
	56.041,17	1.093.503,67

mi p

17. Activos e passivos por impostos diferidos

O movimento ocorrido nas rubricas de Activos e Passivos por impostos diferidos é como segue:

	01.01.2011		Variação		31.12.2011	
	Base	imposto	Base	imposto	Base	imposto
Activos por impostos diferidos						
Provisões não aceites	-	-	4.736,30	1.255,12	4.736,30	1.255,12
	-	-	4.736,30	1.255,12	4.736,30	1.255,12
Não Corrente						1.255,12
Passivos por impostos diferidos						
Subsidio investimento	3.914.326,97	1.037.296,65	(194.609,40)	(51.571,45)	3.719.717,57	985.725,20
	3.914.326,97	1.037.296,65	(194.609,40)	(51.571,45)	3.719.717,57	985.725,20
Não Corrente		985.725,15				934.153,75
Corrente		51.571,50				51.571,45

18. Vendas e serviços prestados

Em 31 de Dezembro de 2011 e de 2010, as rubricas de Vendas e Serviços prestados apresentavam a seguinte composição:

Rubricas	2011		2010	
	mercado interno	mercado externo	mercado interno	mercado externo
Serviços prestados	83.142,01	-	46.827,99	-
	83.142,01	-	46.827,99	-

19. Subsídios do Governo e divulgação de apoios do Governo

A entidade obteve um subsídio referente ao financiamento do Programa Operacional da Sociedade do Conhecimento (POS_C), entidade tutelada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, no âmbito da medida 4.1 "Redes Comunitárias", sendo co-financiado pelo FEDER, no valor de 4.044.066,68 €.

O valor total do subsídio encontra-se registado na rubrica Outras variações no capital próprio e encontra-se a ser reconhecido ano a ano por contrapartida da demonstração dos resultados em função da depreciação/amortização da Rede Comunitária. Durante o ano de 2011, o valor reconhecido, foi de 194.609,40€.

20. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos, nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, decompõe-se conforme se segue:

Rubricas:	2011	2010
Subcontratos	8.740,42	938,71
Electricidade	13.337,56	11.624,11
Combustíveis	933,20	580,75
Ferramentas	-	264,36
Material escritório	104,30	103,84
Rendas e alugueres	-	885,00
Comunicação	208,09	177,67
Seguros	1.068,57	-
Contencioso e notariado	535,50	622,50
Conservação e reparação	720,32	11.600,84
Publicidade e propaganda	-	19,20
Limpeza, higiene e conforto	75,00	-
Vigilância e segurança	44,39	-
Trabalhos especializados	64.622,32	51.778,71
Outros FSE	119,00	2.613,79
	90.508,67	81.209,48

21. Imparidade de dívidas a receber

A rubrica de Imparidade de dívidas a receber, a 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010, é conforme se segue:

Rubricas	2011			2010		
	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Total	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Total
Dívidas a receber de clientes	(11.115,96)	-	(11.115,96)	-	-	-
	(11.115,96)	-	(11.115,96)	-	-	-

22. Outros rendimentos e ganhos

A composição da rubrica de Outros rendimentos e ganhos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 é conforme se segue:

Rubricas	2011	2010
Rendimentos suplementares	39.638,78	-
Subsídios ao investimento	194.609,40	129.739,71
	234.248,18	129.739,71

23. Outros gastos e perdas

A rubrica de Outros gastos e perdas nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 decompõe-se da seguinte forma:

Rubricas	2011	2010
Impostos e taxas	176,80	30,00
Serviços bancários	5,20	5,20
	182,00	35,20

24. Gastos e reversões de depreciações e amortizações

A composição da rubrica de Gastos / reversões de depreciação e de amortização, nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, é conforme se segue:

Rubricas	2011			2010		
	Gastos de depreciação e de amortização	Reversões de depreciação e de amortização	Total	Gastos de depreciação e de amortização	Reversões de depreciação e de amortização	Total
Activos fixos tangíveis	(397.159,66)	-	(397.159,66)	(258.126,32)	-	(258.126,32)
Activos intangíveis	(109.919,90)	-	(109.919,90)	(73.048,46)	-	(73.048,46)
	(507.079,56)	-	(507.079,56)	(331.174,78)	-	(331.174,78)

25. Juros e gastos similares suportados

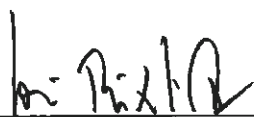
Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2011 e 2010 são pormenorizados conforme se segue:

Rubricas	2011	2010
Juros de mora e compensatórios	34.732,66	149.665,29
	34.732,66	149.665,29

Valença, 29 de Fevereiro de 2012

O Conselho de Administração,

O Técnico Oficial de Contas,



José Gonçalves Teixeira



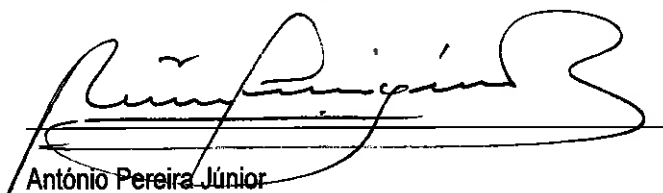
Susana Maria Macedo Queirós



José Manuel Vaz Carpinteira



António Abílio Pereira Torres



António Pereira Júnior

D) Certificação Legal das Contas

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SRCC

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras de **MINHOCOM – GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES, EIM**, as quais compreendem o Balanço individual em 31 de dezembro de 2011 (que evidencia um total de 9.679.386,12 euros e um total de capital próprio de 8.518.705,59 euros, incluindo um resultado líquido do período negativo de 273.402,09 euros), a Demonstração individual das alterações no capital próprio, a Demonstração individual dos resultados por naturezas, a Demonstração individual dos fluxos de caixa e o Anexo do período findo naquela data.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Entidade, as alterações da posição financeira, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do pressuposto da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira de **MINHOCOM – GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES, EIM**, em 31 de dezembro de 2011, as alterações da posição financeira, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Braga, 15 de março de 2012.



Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas n.º 148
Representada por:
Mário da Cunha Guimarães, R.O.C. n.º 1159.

E) Relatório e Parecer do Fiscal Único

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SRCC

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Srs. Accionistas

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, cumpre ao Fiscal Único elaborar relatório sobre a ação fiscalizadora e emitir parecer sobre o relatório de gestão e as contas do período apresentados pelo Conselho de Administração da sociedade **MINHOCOM – GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÕES, EIM**, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2011.

2. Durante o período desempenhámos com regularidade as funções que nos foram confiadas, tendo nomeadamente apreciado as contas e a gestão da entidade.

3. Nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 52.º do decreto-lei n.º 487/99, de 16 de novembro (Regime Jurídico da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas) e do n.º 2 do art.º 451.º do Código das Sociedades Comerciais, também emitimos a Certificação Legal das Contas (sem reservas e sem ênfases) com data de 15 de março de 2012.

4. Face ao exposto, e considerando que:

4.1. Os documentos de prestação de contas e a contabilidade caracterizam adequadamente o estado e a evolução da gestão e satisfazem as disposições legais e estatutárias;

4.2. Se procedeu às verificações julgadas necessárias nas circunstâncias, tendo o Conselho de Administração e os Serviços da Entidade apresentado as provas e os esclarecimentos solicitados;

4.3. As bases de mensuração aplicadas, explicitadas no Anexo, conduzem, na medida da sua aplicação, a uma apropriada avaliação do património e dos resultados da entidade,

O Fiscal Único é de parecer que a Assembleia Geral:

a) Aprove os documentos de prestação de contas do período de 2011, tal como foram apresentados pelo Conselho de Administração;

b) Aprove a aplicação de resultados proposta pelo Conselho de Administração.

5. Finalmente, o Fiscal Único deseja agradecer ao Conselho de Administração e aos Serviços da Entidade toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Braga, 15 de março de 2012.

O FISCAL ÚNICO,



Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas n.º 148
Representada por:
Mário da Cunha Guimarães, R.O.C. n.º 1159.

F) Órgãos Sociais

CONSELHO ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE: José Gonçalves Teixeira

VOGAL: José Manuel Vaz Carpinteira

VOGAL: António Abílio Pereira Torres

VOGAL: António Pereira Júnior

MESA DE ASSEMBLEIA-GERAL

PRESIDENTE: José Emílio Pedreira Moreira

VICE-PRESIDENTE: Jorge Manuel Salgueiro Mendes

SECRETÁRIO: Susana Daniela Simões da Silva Braga

ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO (Fiscal Único)

Efectivo: Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC,
representada por Dr. Mário da Cunha Guimarães (ROC n.º 1159).

Suplente: Dr. Joaquim da Cunha Guimarães (ROC n.º 790).

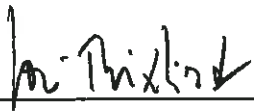
G) Anexo ao Relatório do Conselho de Administração

Em cumprimento do estatuído no n.º 5 do artigo 447.º e no n.º 4 do artigo 448.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais (CSC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de Setembro, apresentamos, de seguida, a lista de acções abrangidas pelo disposto nesse preceituado:

1. Nos termos do n.º 5 do art.º 447.º do CSC, em 31 de Dezembro de 2011, os membros do Conselho de Administração não eram titulares de quaisquer acções da sociedade.
2. Os seguintes accionistas, abrangidos pelo disposto no n.º 4 do art.º 448.º do CSC, eram titulares, em 31 de Dezembro de 2011, de pelo menos um décimo do capital:
 - i. Associação de Municípios do Vale do Minho, com 51% do capital;
 - ii. - Dstelecom, S.A., com 48,49% do capital.

Valença, 29 de Fevereiro de 2012

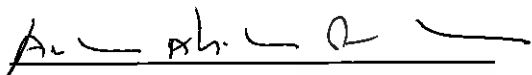
O Conselho de Administração.



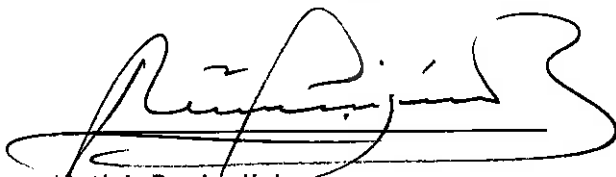
José Gonçalves Teixeira



José Manuel Vaz Carpinteira



António Abílio Pereira Torres



António Pereira Júnior